XXI ENTAC – Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
14 a 16 de outubro de 2026 | Goiânia-Brasil
DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8325

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E ESPAÇO ESCOLAR: DIRETRIZES PRELIMINARES PARA INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

AUTISM SPECTRUM DISORDER AND SCHOOL ENVIRONMENTS: PRELIMINARY GUIDELINES FOR INCLUSION

Andréia Santos Timóteo
PPGARQ Atitus Educação | Passo Fundo | Brasil | arq.deiasantos@gmail.com
Grace Tibério Cardoso
PPGARQ Atitus Educação | Passo Fundo | Brasil | gracetiberio@hotmail.com

Resumo

Este artigo aborda a relação entre neurodiversidade e espaço escolar, com foco em estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Parte-se do entendimento de que as diretrizes normativas de inclusão, incluindo legislações específicas e a NBR 9050, concentram-se predominantemente na acessibilidade física, apresentando lacunas quanto às dimensões sensoriais e cognitivas do ambiente construído. O objetivo é propor diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos. A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e investigação empírica em uma escola pública municipal, por meio de *walkthrough*, entrevista semiestruturada e grupo focal com educadores. Os resultados identificaram quatro categorias principais para a qualificação do ambiente escolar: organização espacial, controle sensorial, regulação emocional e segurança e previsibilidade. O estudo sistematiza diretrizes arquitetônicas preliminares que podem subsidiar projetos e adaptações de escolas públicas mais inclusivas para estudantes com TEA.

Palavras-chave: Neurodiversidade. Transtorno do espectro do autismo. Arquitetura escolar. Inclusão. Neuroarquitetura.

Abstract

This article addresses the relationship between neurodiversity and school environments, focusing on students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the early years of Elementary Education. It is based on the understanding that inclusion-related regulations, including specific legislation and NBR 9050, predominantly focus on physical accessibility, presenting gaps regarding the sensory and cognitive dimensions of the built environment. The objective is to propose preliminary architectural guidelines for inclusive school environments. The study adopts a qualitative approach, combining a literature review and an empirical investigation conducted in a public school through walkthrough, a semi-structured interview, and a focus group with educators. The results identified four main categories for improving school environments: spatial organization, sensory control, emotional regulation, and safety and predictability. The study systematizes preliminary architectural guidelines that may support projects and adaptations of public schools to better meet the needs of students with ASD.

Keywords: Neurodiversity. Autism spectrum disorder. School architecture. Inclusion. Neuroarchitecture.

Como citar:
SANTOS TIMÓTEO, A.; TIBÉRIO CARDOSO, G. Transtorno do Espectro do Autismo e Espaço Escolar: Diretrizes para Inclusão de Estudantes do Ensino Fundamental I. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 21, 2026, Goiânia. **Anais**... Goiânia: ANTAC, 2026.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8325

INTRODUÇÃO

A crescente discussão sobre inclusão no ambiente escolar tem ampliado o entendimento de que a acessibilidade deve ir além das dimensões físicas, incorporando também aspectos sensoriais, cognitivos e comportamentais dos usuários. Nesse contexto, a presença de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas escolas regulares evidencia a necessidade de repensar os espaços educacionais, considerando as particularidades do processamento sensorial e da interação desses indivíduos com o ambiente construído [1].

No Brasil, embora existam avanços significativos no campo normativo, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (Lei nº 12.764/2012), observa-se que as diretrizes arquitetônicas ainda se concentram predominantemente na eliminação de barreiras físicas, deixando em segundo plano aspectos relacionados à experiência sensorial e à regulação emocional [2][3]. Essa lacuna torna-se ainda mais relevante diante do aumento expressivo do número de matrículas de estudantes com TEA na educação básica brasileira, o que reforça a urgência de ambientes escolares mais responsivos à diversidade neurológica [4].

A arquitetura escolar, nesse cenário, assume um papel fundamental como mediadora das experiências educacionais, influenciando diretamente o comportamento, o bem-estar e o desempenho dos estudantes. Estudos no campo da psicologia ambiental e da neuroarquitetura indicam que características do ambiente construído, como iluminação, acústica, organização espacial e uso de cores, podem impactar significativamente os processos cognitivos e emocionais dos usuários [5][6]. Para estudantes com TEA, essas influências tendem a ser ainda mais intensas, devido às particularidades no processamento sensorial, que podem resultar em hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos ambientais [7].

Nesse sentido, autores como Mostafa [8] e Gaines *et al*. [9] destacam a importância de diretrizes projetuais específicas para o público autista, evidenciando a necessidade de ambientes previsíveis, organizados e sensorialmente controlados. Tais abordagens reforçam a compreensão de que o espaço escolar não deve ser concebido como um elemento neutro, mas como parte ativa no processo de aprendizagem e inclusão.

Diante desse contexto, identifica-se uma lacuna significativa entre as diretrizes normativas existentes e as reais necessidades dos estudantes com TEA, especialmente no que se refere à dimensão sensorial do ambiente construído. Assim, este artigo tem como objetivo propor diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos, a partir da articulação entre revisão de literatura e discussões no campo da neuroarquitetura, contribuindo para o avanço das discussões sobre ambientes escolares mais responsivos às necessidades de estudantes com TEA.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8325

REFERENCIAL TEÓRICO

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E O AMBIENTE ESCOLAR

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) caracteriza-se por alterações no desenvolvimento neurológico que afetam a comunicação, a interação social e o comportamento, sendo frequentemente acompanhado por padrões restritivos e repetitivos e por particularidades no processamento sensorial [7]. No contexto escolar, essas características podem influenciar diretamente a forma como os estudantes percebem e interagem com o ambiente construído, impactando sua permanência, aprendizado e bem-estar.

Entre os aspectos mais relevantes, destaca-se a sensibilidade a estímulos ambientais, que pode se manifestar tanto por hipersensibilidade quanto por hipossensibilidade a elementos como sons, luzes, texturas e cores. Essas condições tornam o ambiente físico um fator determinante na experiência educacional de estudantes com TEA, podendo favorecer ou dificultar sua adaptação ao espaço escolar [8].

Nesse sentido, a escola deve ser compreendida não apenas como um local de ensino, mas como um ambiente que influencia diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos. Kowaltowski [10] destaca que o espaço escolar exerce papel pedagógico relevante, sendo frequentemente considerado como um “terceiro professor”, capaz de estimular ou inibir processos de aprendizagem. Assim, a adequação dos ambientes às necessidades específicas dos usuários torna-se essencial para a promoção de uma educação inclusiva.

NEUROARQUITETURA E A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE

A neuroarquitetura surge como um campo interdisciplinar que integra conhecimentos da arquitetura, da neurociência e da psicologia ambiental, buscando compreender como o ambiente construído influencia o comportamento humano e os processos cognitivos [5]. Embora compartilhem o interesse pelas relações entre pessoa e ambiente, a psicologia ambiental concentra-se na compreensão das percepções, experiências e comportamentos dos usuários em relação aos espaços, enquanto a neuroarquitetura incorpora evidências da neurociência para investigar como estímulos ambientais podem influenciar respostas cognitivas, emocionais e neurofisiológicas [5][6][11]. Essa abordagem parte do princípio de que o espaço não é neutro, mas atua diretamente na forma como os indivíduos percebem, sentem e se comportam.

Estudos indicam que elementos como iluminação, acústica, geometria espacial e organização dos ambientes podem afetar estados emocionais, níveis de atenção e desempenho cognitivo [6]. Segundo Villarouco et al. [5], o ambiente construído pode estimular respostas neurofisiológicas que influenciam o bem-estar e a produtividade, reforçando a importância de projetos arquitetônicos sensíveis às necessidades dos usuários.

No caso de indivíduos com TEA, essa relação torna-se ainda mais significativa, uma vez que esses sujeitos apresentam formas diferenciadas de processamento sensorial.

Djebbara et al. [11] destacam que o ambiente pode atuar como um agente modulador das respostas sensório-motoras, influenciando a forma como o indivíduo interage com o espaço. Dessa forma, a arquitetura assume um papel estratégico na criação de ambientes que favoreçam a regulação emocional e a adaptação comportamental.

DIRETRIZES PROJETUAIS E LACUNAS NORMATIVAS

No campo da arquitetura voltada à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, destacam-se contribuições como o índice Autism ASPECTSS™, desenvolvido por Mostafa [8], que estabelece critérios projetuais relacionados à acústica, sequenciamento espacial, zoneamento sensorial, espaços de fuga e segurança. Esses parâmetros têm sido amplamente utilizados como referência para o desenvolvimento de ambientes educacionais mais adequados ao público autista.

De forma complementar, Gaines et al. [9] enfatizam a importância de estratégias projetuais que considerem a previsibilidade, a clareza espacial e o controle de estímulos, reforçando a necessidade de ambientes organizados e sensorialmente equilibrados. Essas abordagens evidenciam que o projeto arquitetônico deve incorporar princípios que vão além da funcionalidade, contemplando aspectos relacionados à experiência do usuário.

No entanto, ao analisar o contexto brasileiro, observa-se que as normativas vigentes, como a NBR 9050, concentram-se predominantemente na acessibilidade física, abordando aspectos como circulação, dimensões e eliminação de barreiras arquitetônicas [12]. Embora fundamentais, essas diretrizes não contemplam de forma abrangente as necessidades sensoriais e cognitivas de indivíduos neurodivergentes.

Essa lacuna evidencia a necessidade de desenvolvimento de parâmetros projetuais mais específicos, capazes de orientar a concepção de ambientes escolares inclusivos sob a perspectiva da neurodiversidade. Nesse sentido, a articulação entre teoria, prática projetual e evidências empíricas torna-se essencial para a construção de diretrizes arquitetônicas mais abrangentes e eficazes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica, com foco em estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental I com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no contexto de uma escola pública municipal.

O estudo articula revisão de literatura e investigação empírica, configurando-se como uma pesquisa em desenvolvimento, cujos resultados apresentados neste artigo possuem caráter preliminar.

A revisão bibliográfica foi realizada nas bases Portal de Periódicos CAPES e *ScienceDirect*, com recorte temporal entre 2015 e 2025, utilizando os descritores "*autism and built environment*", "*school design and autism*" e "*neuroarchitecture and school*". Inicialmente foram identificados 133 estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão (artigos revisados por pares, acesso aberto e relação direta com ambiente

construído, arquitetura escolar e TEA) e exclusão (duplicidades, estudos sem aderência ao tema e pesquisas não relacionadas ao contexto escolar), foram selecionados sete artigos para análise aprofundada, os quais subsidiaram a identificação de parâmetros projetuais para ambientes escolares inclusivos.

A investigação empírica foi conduzida em uma escola pública municipal e estruturada em três procedimentos metodológicos principais: (i) walkthrough, (ii) entrevistas semiestruturadas com pessoa-chave e (iii) grupo focal com educadores.

O *walkthrough* consistiu na observação direta dos ambientes escolares, considerando categorias analíticas definidas a partir da literatura especializada sobre arquitetura escolar inclusiva e neurodiversidade [8][9]. Foram observados aspectos relacionados à organização espacial, aos estímulos sensoriais (acústica, iluminação e carga visual) e à legibilidade dos espaços, compreendida como a facilidade de compreensão da organização e dos fluxos ambientais [9], considerando sua influência no comportamento e na adaptação dos estudantes com TEA.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), considerada pessoa-chave no contexto investigado, visando compreender as demandas específicas dos estudantes com TEA, bem como as dificuldades e potencialidades associadas ao ambiente físico escolar.

O grupo focal foi realizado com cinco educadores atuantes na instituição, com o objetivo de captar percepções sobre o uso dos espaços escolares, as condições de conforto ambiental e as estratégias adotadas no cotidiano para atender às necessidades dos alunos com TEA.

Destaca-se que a etapa de análise do grupo focal com estudantes ainda não foi concluída, sendo incorporada em fases posteriores da pesquisa. Dessa forma, os resultados apresentados neste artigo concentram-se nos dados obtidos por meio do walkthrough, das entrevistas com a coordenadora do SAEE e do grupo focal com educadores.

Os dados foram analisados de forma qualitativa e interpretativa, permitindo identificar relações entre características espaciais e aspectos sensoriais e comportamentais dos estudantes, subsidiando a proposição de diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Atitus Educação, sob Parecer nº 7.891.962, atendendo aos preceitos éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

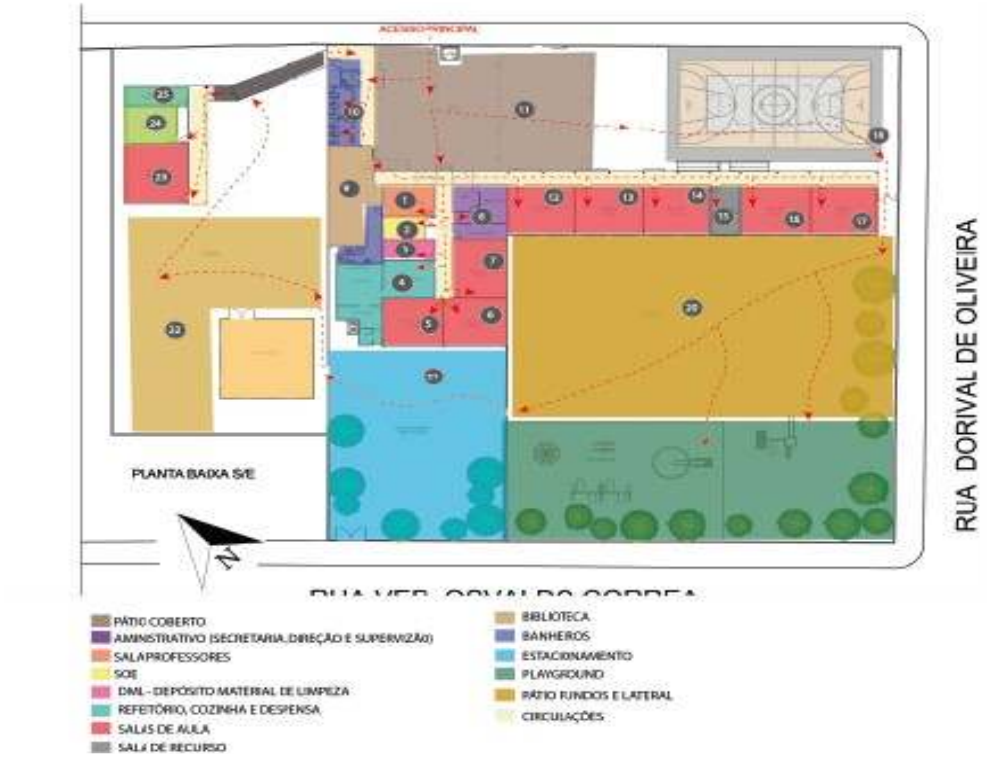
A revisão bibliográfica permitiu identificar três categorias recorrentes relacionadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ambiente escolar: (i) organização espacial e orientação ambiental; (ii) controle e modulação dos estímulos sensoriais; e (iii) previsibilidade e segurança dos ambientes [5][8][9]. Esses

aspectos foram recorrentes nos estudos analisados e serviram como base para a interpretação dos dados empíricos obtidos na escola investigada, corroborando achados já discutidos na literatura sobre arquitetura escolar inclusiva e neurodiversidade [5][8].

Os resultados preliminares da investigação empírica corroboram essas contribuições teóricas, a partir da articulação entre os dados obtidos por meio do walkthrough, das entrevistas com a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e do grupo focal com educadores.

No *walkthrough*, foram identificadas condições espaciais caracterizadas por elevada carga de estímulos sensoriais, especialmente em áreas de circulação e espaços coletivos, com presença de ruídos intensos, ausência de zoneamento funcional e baixa legibilidade espacial, aspectos frequentemente associados a dificuldades de orientação e adaptação ambiental de estudantes com TEA [8][9]. O percurso adotado para a realização do *walkthrough* pode ser visualizado na Figura 1.

Figura *1*: Diagrama do percurso do walkthrough realizado na escola analisada.



Fonte: Autores (2025).

As condições observadas durante o *walkthrough* podem ser visualizadas na Figura 2, a qual exemplifica aspectos relacionados à organização espacial, carga sensorial e condições físicas dos ambientes analisados.

Figura 2: Registros do walkthrough na escola analisada: (à esquerda) sala de aula; (ao centro) área de circulação com elevada carga de estímulos visuais e presença de desníveis; (à direita) ambiente interno com indícios de manifestações patológicas construtivas.



Fonte: Autores (2025).

A entrevista semiestruturada realizada com a coordenadora do SAEE indica que os estudantes apresentam maior sensibilidade a estímulos sonoros e visuais, sendo recorrentes situações de desconforto em ambientes com excesso de ruído e movimentação. A entrevistada também ressaltou a importância da previsibilidade espacial e da organização das rotinas como fatores relevantes para o engajamento e a permanência dos alunos, corroborando discussões presentes na literatura sobre ambientes estruturados para estudantes com TEA [8][9].

Os dados provenientes do grupo focal com cinco educadores apontam dificuldades relacionadas à ausência de organização espacial, à intensidade dos estímulos sensoriais e à carência de ambientes de apoio, como espaços de descompressão. Os participantes também destacaram a necessidade de estratégias espaciais que favoreçam a regulação emocional e reduzam a sobrecarga sensorial no cotidiano escolar.

Ressalta-se que a análise do grupo focal com estudantes ainda se encontra em desenvolvimento, sendo incorporada em etapas posteriores da pesquisa. Dessa forma, os resultados apresentados possuem caráter preliminar, não contemplando, neste momento, a percepção direta dos alunos.

Mesmo em caráter preliminar, os achados indicam convergência entre evidências empíricas e teóricas [5][8][9], reforçando a necessidade de diretrizes arquitetônicas que considerem as especificidades sensoriais, cognitivas e comportamentais dos estudantes com TEA.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A organização espacial deve favorecer a legibilidade e a previsibilidade dos ambientes. A adoção de sequenciamento lógico entre os espaços e a definição clara das funções contribuem para a orientação dos usuários e para a redução da ansiedade. A compartimentação dos ambientes também se mostra relevante, evitando espaços excessivamente amplos e indefinidos, que podem dificultar a compreensão do uso [8].

CONTROLE SENSORIAL

O controle dos estímulos sensoriais é fundamental para a qualidade do ambiente escolar. A literatura destaca a necessidade de estratégias voltadas à redução de ruídos, ao controle da iluminação e à escolha adequada de materiais e cores. Ambientes com estímulos excessivos podem desencadear sobrecarga sensorial, enquanto espaços equilibrados favorecem a concentração e o conforto [5][6].

REGULAÇÃO EMOCIONAL

A possibilidade de autorregulação deve ser considerada no projeto arquitetônico. Nesse sentido, a inserção de espaços de descompressão e zonas de transição entre ambientes com diferentes níveis de estímulo contribui para a adaptação dos estudantes às atividades escolares. Esses elementos auxiliam na redução do estresse e na gestão de mudanças de rotina [8].

SEGURANÇA E PREVISIBILIDADE

Ambientes seguros e previsíveis são essenciais para promover autonomia e bem-estar. A organização clara dos espaços, aliada à repetição de padrões e à utilização de sinalização adequada, facilita a compreensão do ambiente e reduz comportamentos de evasão ou desorientação. A eliminação de riscos físicos também deve ser considerada como parte das estratégias projetuais [9].

A estrutura conceitual das diretrizes propostas pode ser sintetizada conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3: Estrutura conceitual das diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos voltados a estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

As diretrizes identificadas foram sintetizadas em categorias e organizadas de forma sistemática, conforme apresentado no Quadro 1, evidenciando a relação entre aspectos espaciais, sensoriais e comportamentais no ambiente escolar.

Quadro 1: Diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos: síntese das evidências obtidas na revisão bibliográfica e investigação empírica.

Categoria	Diretriz	Objetivo	Base da diretriz
Organização espacial	Sequenciamento dos ambientes	Favorecer a compreensão dos fluxos e das funções dos espaços	Literatura [8][9]; Walkthrough
Organização espacial	Compartimentação dos espaços	Organizar atividades e reduzir sobrecarga sensorial	Literatura [8]; Walkthrough
Controle sensorial	Tratamento acústico	Minimizar estímulos sonoros excessivos	Literatura [8][9]; Entrevista; Grupo focal
Controle sensorial	Iluminação controlada	Reduzir desconforto visual e distrações	Literatura [5][9]; Grupo focal
Controle sensorial	Uso moderado de cores e estímulos visuais	Evitar sobrecarga perceptiva	Literatura [5][9]; Walkthrough
Regulação emocional	Espaços de descompressão	Favorecer autorregulação emocional	Literatura [8]; Grupo focal
Regulação emocional	Zonas de transição	Facilitar adaptação entre ambientes e atividades	Literatura [8]; Entrevista
Segurança e previsibilidade	Sinalização clara e orientação espacial	Melhorar a legibilidade dos ambientes	Literatura [9]; Walkthrough
Segurança e previsibilidade	Padronização de referências espaciais	Favorecer familiaridade e previsibilidade ambiental	Literatura [8][9]; Entrevista

Fonte: Elaborado pelos autores.

As diretrizes propostas apresentam potencial de aplicação em processos de projeto e requalificação de escolas públicas, contribuindo para ambientes mais inclusivos e responsivos à diversidade neurológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo propor diretrizes arquitetônicas preliminares para ambientes escolares inclusivos voltados a estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), a partir da articulação entre revisão de literatura e investigação empírica.

Os resultados indicam que o ambiente construído exerce influência significativa no comportamento, no bem-estar e na permanência desses estudantes, especialmente no que se refere à organização espacial, ao controle sensorial e à previsibilidade ambiental. A análise integrada entre dados teóricos e evidências empíricas preliminares, obtidas por meio de walkthrough, entrevistas com a coordenadora do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e grupo focal com

educadores, reforça a necessidade de abordagens projetuais mais sensíveis às especificidades sensoriais, cognitivas e comportamentais dos estudantes com TEA.

Como principal contribuição, o estudo apresenta a sistematização de diretrizes arquitetônicas preliminares organizadas em categorias, constituindo uma base conceitual que pode subsidiar tanto intervenções em edificações existentes quanto o desenvolvimento de novos projetos escolares mais inclusivos.

Ressalta-se que a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo que a etapa de análise dos dados provenientes do grupo focal com estudantes ainda não foi concluída. Dessa forma, os resultados apresentados possuem caráter preliminar e deverão ser aprofundados em etapas posteriores, contribuindo para a consolidação de um framework arquitetônico mais abrangente.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar as discussões sobre inclusão no ambiente construído, incorporando dimensões sensoriais, cognitivas e comportamentais, de modo a promover espaços escolares mais equitativos, responsivos e alinhados às demandas contemporâneas da educação.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUP).

DECLARAÇÃO

Os autores declaram que não utilizaram IA generativa nem tecnologias assistidas por IA no processo de preparação do manuscrito.

REFERÊNCIAS

[1] OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro M.. Autistas e os espaços escolares adaptados. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

[2] BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

[3] BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

[4] INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2024. Brasília, 2024.

[5] VILLAROUCO, Vilma; FERRER, Nicole; PAIVA, Marie M.; FONSECA, Julia; GUEDES, Ana Paula. Neuroarquitetura: A Neurociência No Ambiente Construído. Rio de Janeiro: Editora Rio Books,2021.

[6] NEVES, Juliana Duarte. Arquitetura Sensorial: A Arte de Projetar para Todos os Sentidos. Rio de Janeiro: Mapa Lab, 2024.

[7] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 2014.

[8] MOSTAFA, Magda. (2014) Architecture for autism: Autism Aspectss ™ In School Design. International Journal of Architectural Research (Archnet-IJAR), Cairo, v. 8, n. 1, p. 143-158, mar. 2014. Disponível em: https://www.archnet.org/publications/9101. Acesso em: 23 jun. 2025.

[9] GAINES, Kristi; BOURNE, Angela; PEARSON, Michelle; KLEIBRINK, Mesha. Designing for autism spectrum disorders. 2. ed. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2018. 220 p.

[10] KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

[11] DJEBBARA, Zakaria; JENSEN, Ole B.; PARADA, Francisco J.; GRAMANN, Klaus. Neuroscience and architecture: modulating behavior through sensorimotor responses to the built environment. Neuroscience & Biobehavioral Reviews, [S.L.], v. 138, p. 104715, jul. 2022. Elsevier BV.Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360967652_Neuroscience_and_Architecture_Modulating_behavior_through_sensorimotor_responses_to_the_built_environment. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2022.104715. Acesso em: 07 jul. 2025.

[12] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.